

CAMARAM	UNICIPAL	DE VITE (IA
Processo	- Folka	
4613	26	Bus



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Estado do Espirito Santo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

PROCESSO: 4613/2018

PROJETO DE LEI: 77/2018

AUTOR: Mazinho dos Anjos

EMENTA: Altera a Lei Municipal nº 7.888/2010, que regula o processo administrativo fiscal da Administração Pública Municipal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

RELATOR: Fabrício Gandini

I - RELATÓRIO:

De autoria do Vereador Mazinho dos Anjos, o referido Projeto de Lei denomina altera a Lei Municipal nº 7.888/2010, que regula o processo administrativo fiscal da Administração Pública Municipal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

Em atendimento no disposto no artigo 202 do Regimento Interno desta casa de Leis, a propositura esteve em pauta por três sessões ordinárias e sem apresentação de emenda.

ntificador: 39003100330037003700370037003400540052004100 Conferencia em http://www.cmv.es.gov.br/autenticidade.

| www.fabriciogandini.com.br | www.facebook.com/fgandini | www.facebook.com/fgandini | administrativo@fabriciogandini.com.br



O processo foi recebido em nosso gabinete para emissão de parecer pela Comissão de Constituição, Justiça, Serviço público e redação, nos termos do artigo 61 do Regimento Interno, que dispõe sobre as competências da Comissão.

II - PARECER:

O referido Projeto de Lei em análise, terá a observância do artigo 61, inciso I do Regimento Interno, a qual estabelece que compete à Comissão de Constituição, justiça, serviço público e redação opinar sobre questões que dizem respeito a constitucionalidade e legalidade da matéria.

Na comissão de Constituição, Justiça, Serviço Publico e Redação, é realizado o controle de constitucionalidade preventivo, com a finalidade de impedir determinada norma incostitucional entre no sistema jurídico.

O projeto de Lei ora proposto altera a Lei Municipal nº 7.888/2010, que regula o processo administrativo fiscal da Administração Pública Municipal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

Em 16 de março de 2015, entrou em vigor o Novo Código de Processo Civil - Lei nº 13.105/2015. A regra para a contagem de prazos passou a se determinar em dias uteis, e, ainda, suspensão entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, como foi bem descrito na justificativa do Vereador Mazinho dos Anjos.

O projeto de Lei alterou o artigo 34 da Lei nº 7.888/2010, de 25 de março de 2010. Será mostrado abaixo como ficará o artigo 34.



CÂMARA MUNICIPAL DE VIT				
Processo	Folha	Rugarati		
46 13	27	gm.		

Redação original do art. 34 da Redação proposta pelo Projeto de Lei n° 77/2018 Lei n° 7.888/2010

Lei serão vencimento.

Art. 34 - Os prazos estabelecidos Art. 34 - Os prazos estabelecidos contínuos, nesta Lei serão contados em dias excluindo-se na sua contagem o dia úteis, excluindo-se na sua contagem início e incluindo-se o do o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

- § 1 ° Os prazos só se iniciam ou (...) SEM ALTERAÇÃO vencem em dia de expediente normal no órgão em que tramite o processo ou deva ser praticado o ato.
- § 2 ° Para fins do disposto no (...) SEM ALTERAÇÃO -§1º deste artigo, não se considera dia de expediente normal aquele decretado como ponto facultativo, entretanto, de considerando-se, expediente normal, o dia cuja jornada de trabalho tenha sido reduzida por ato do Poder Executivo regularmente publicado.

- § 3° O peticionante comprovará a ocorrência de feriado local no ato protocolo de manifestação, defesa ou interposição de recurso.
- § 4 ° Suspende-se o curso do processual nos 'dias prazo compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.

(grifo nosso)

Projeto do Vereador Mazinho dos Anjos não viola a competência privativa da União ou competência concorrente da União e dos Estados, que pode ser conferida, respectivamente, nos artigos 22 e 24 da Constituição Federal.

não viola a iniciativa privativa do Executivo Municipal, conforme dispõe o artigo 80, parágrafo único da Lei Orgânica de Vitória;

Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788



Art. 80 A iniciativa das Leis complementares e ordinárias, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta Lei Orgânica, cabe a:

(...)

Paragrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as Leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Executivo,
provimento de cargos, estabilidade e
aposentadoria;

III - criação e extinção de Secretarias e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 113, inciso V.

Em analise a Constituição Federal, em seu artigo 30, inciso I, dispõe:

Art. 30 Compete aos Município:

I- legislar sóbre assuntos de interesse local;

(...)

O interesse local não deve ser entendido como aquele exclusivo do Município mas seu interesse predominante que o afete de modo mais direto e imediato consoante lição de Dirley da Cunha Junior (in "Curso de Direito Constitucional", 2ª edição, Salvador, Juspodivm, p. 841).

Apesar da louvável intenção do Vereador Mazinho dos Anjos, suspender o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre

Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788

Bento Ferreira Vitória – ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532



***************************************	ONCIPALD	E VITORIA'
Processo	Folha	Rubrica
11012	128	(Jus)
146	10	

20 de dezembro e 20 de janeiro, acarreta uma morosidade tanto para a Prefeitura de Vitória, quanto para os munícipes, uma vez que vários processos são complexos e levam tempo para serem resolvidos.

Quanto à técnica legislativa, segundo a Lei Complementar Federal n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis, a matéria mostra-se perfeita.

Visto que, não existe óbice para a tramitação do referido Projeto de Lei, segue o voto.

III - VOTO:

Após a análise técnica especializada quanto aos aspectos legais da proposição, no sentido de que a mesma revela o vínculo de correspondência e adequação com o texto maior, opinamos pela CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE COM EMENDA SUPRESSIVA do Projeto de Lei 77/2018.

Palácio Atílio Vivácqua, 25 de julho de 2018

Fabrício Gandini

Vereador - PPS

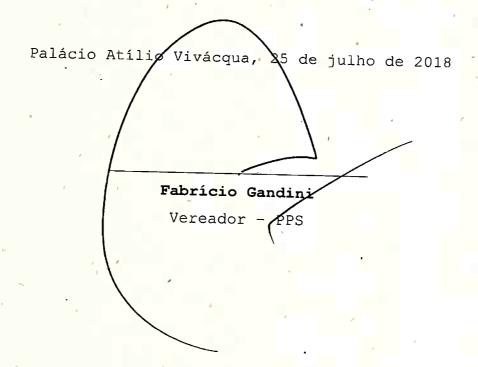
Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788



EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 77/2018, NOS TERMOS DO ARTIGO 222, I, DO REGIMENTO INTERNO

> "Suprim<mark>e</mark> o seguinte di<mark>spositivo do</mark> projeto de Lei nº 77/2018".

Art. 1 - Fica suprimido o §4° da emenda que trata o artigo 2° do projeto de Lei nº 77/2018.



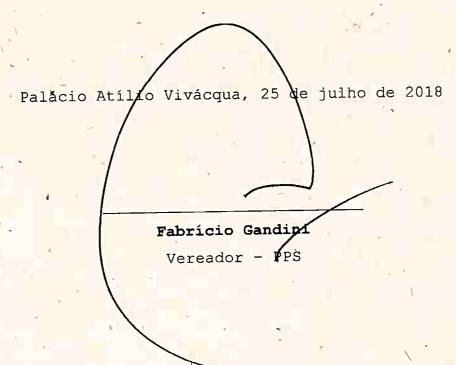
Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788 Bento Ferreira Vitória – ES. CEP: 29050-940 / Telefax.: 3334-4532



/	CÂMARA M Processo	UNICIPAL D	E VITÓRIA Rubrica
	4613	29	Dm2

JUSTIFICATIVA DA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 77/2018

A presente emenda supressiva se faz necessária visando a celeridade processual da Prefeitura Municipal de Vitória, uma vez que suspendendo os prazos entre os dias 20 (vinte) de dezembro até o dia 20 (vinte) de janeiro, ocorreria um atraso no andamento dos processos em quase 1 (um) mês.



Gabinete do Vereador Fabrício Gandini - Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788



Processo Folha Rubrici

Web 13 20 CCC

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

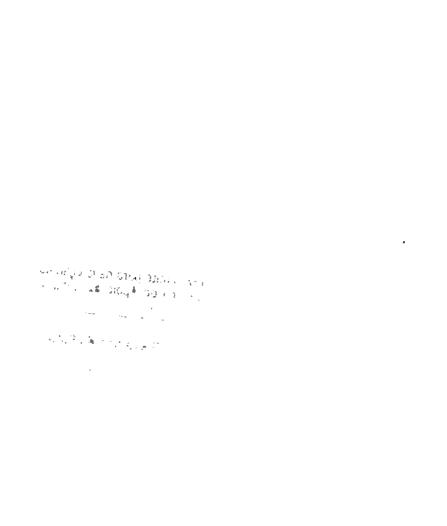
CONCEDIDO VISTA

Solicitado pelo Vereador

Presidente Comissão

Prazo limite para devolução ao S.A.C. (Serviço de Apoio às Comissões à ...

Secretaria do S.A.C.





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº: 77/2018

Processo nº: 4613/2018

Autor: Mazinho dos Anjos

Ementa: "Altera a Lei Municipal nº. 7.888/2010, que regula o processo

administrativo fiscal da Administração Pública Municipal".

VOTO EM SEPARADO

I - Relatório:

Trata-se de Projeto de Lei nº 77/2018, de autoria do Vereador Mazinho dos Anjos que "Altera a Lei Municipal n. 7.888/2010, que regula o processo administrativo fiscal da Administração Pública Municipal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

Após o trâmite regular, o Vereador Fabrício Gandini, relator do processo na CCJ,

exarou parecer pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria com a emenda supressiva de fls.28-v.

Foi a proposição remetida a este gabinete para exarar voto em separado fundamentado, nos termos do inciso II, do art.117, do Regimento Interno.

É o sucinto relatório.

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788 Bento Ferreira, Vitória - ES - CEP: 29,050-940

5° andar, sala 504

(27degificada5590031003300370032003A00540052004100 Confe

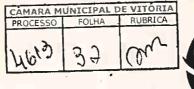


/ParriniSandro











II - Fundamentos:

Em detida análise ao Projeto de Lei, emitiremos voto em separado sobre o seu aspecto técnico-jurídico, conforme autoriza o inciso II do artigo 117 da Resolução nº 1.919/2014, que permite ao membro da comissão exarar voto em separado devidamente fundamentado.

O Vereador Fabrício Gandini, relator do processo na CCJ, exarou parecer pela Constitucionalidade e Legalidade da matéria com a emenda supressiva de fls.28-v.

Entendeu o Relator que o Projeto de Lei não viola a iniciátiva privativa do Executivo Municipal, sendo favorável à alteração do artigo 34 e seu parágrafo 3º.

No entanto manifestou-se contrário ao que dispõe o §4º da proposição, por entender que a suspensão do curso processual entre 20 de dezembro a 20 de dezembro, prevista neste parágrafo, acarretará morosidade aos processos, que pela sua complexidade são demorados.

Assim sendo, opinou pela Constitucionalidade e Legalidade com emenda supressiva ao Projeto de Lei 77/2018.

III - CONCLUSÃO

Após detida análise do Projeto de Lei, discordamos em parte do voto exarado pelo Relator, por entendermos que o §4º deve ser mantido, uma vez que não prejudicará a celeridade dos procedimentos administrativos fiscais, até porque coincide com os períodos festivos de fim de ano, quando os prazos processuais do Judiciário também encontram-se suspensos.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

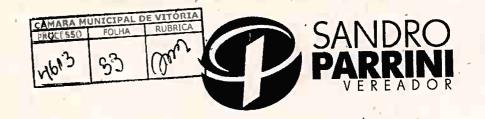
Av. Marechai Mascarenhas de Moraes, 1788 Bento Ferreira, Vitória - ES - CEP: 29.050-940 5º andar, sala 504



@SandroParrini

/ParriniSandro





Ante o exposto, emitimos VOTO EM SEPARADO PELA REJEIÇÃO PARCIAL DO PARECER EMITIDO PELO RELATOR DA MATÉRIA, ESPECIFICAMENTE NO QUE PERTINE À EMENDA SUPRESSIVA DO §4º, DO ART. 34 DO PROJETO DE LEI Nº 77/2018.

Assim, VOTAMOS PELA MANUTENÇÃO §4º, DO ART. 34, DO PROJETO DE LEI Nº 77/2018.

Palácio Atílio Vivacqua, 23 de agosto de 2018.

VEREADOR - PDT

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788 Bento Ferreira, Vitória - ES - CEP: 29.050-940 · 5° andar, sala 504

(27) 13854445590031003300370032003A00540052004100 Confession Market Sandre Corrigion br



/ParriniSandro



@SandroParrini



Matéria: Projeto de Lei nº 77/2018

Reunião:

Comissão de Justiça 3008

Data:

30/08/2018 - 15:00:33 às 15:11:51

Tipo:

Nominal

Turno:

Ata

Quorum:

Total de Presentes: 5 Parlamentares

						40	
V.Ordem	Nome do Parlamentar			Partido	Voto		Horário
7	Fabrício Gandini		F	PPS	Nao		15:11:37
20				PPS	Nao		15:11:36
30	Leonil						
32	Mazinho dos Anjos			PSD	Nao		15:11:39
28	Sandro Parrini			PDT ·	Nao		15:11:32
20						•	45.44.40
20	Wanderson Marinho	j'	_	PSC	Nao		15:11:40

Totais da Vota ão:

NÃO SIM 5 - 0

TOTAL

PRESIDENTE

SECRETARIO

Aprovado io Loto em Separado do Veriador Bardio Parrini, pela Constituciona— viidade ida Materia